

CCJ aprova proposta que garante austeridade nos gastos públicos

Projeto de lei complementar, que agora será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos, define a responsabilidade fiscal dos gestores estatais e prevê punições para quem desrespeitar as novas regras



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Álvaro Dias favorável ao projeto de lei complementar que define a responsabilidade fiscal nas três esferas do poder público. O texto votado pela Câmara dos Deputados foi mantido na íntegra.

PÁGINA 3

Os integrantes da CCJ preferiram não alterar o texto do projeto de lei para evitar que a matéria volte a ser apreciada pelos deputados federais

CI VAI APURAR ACIDENTE NA BAÍA DE GUANABARA

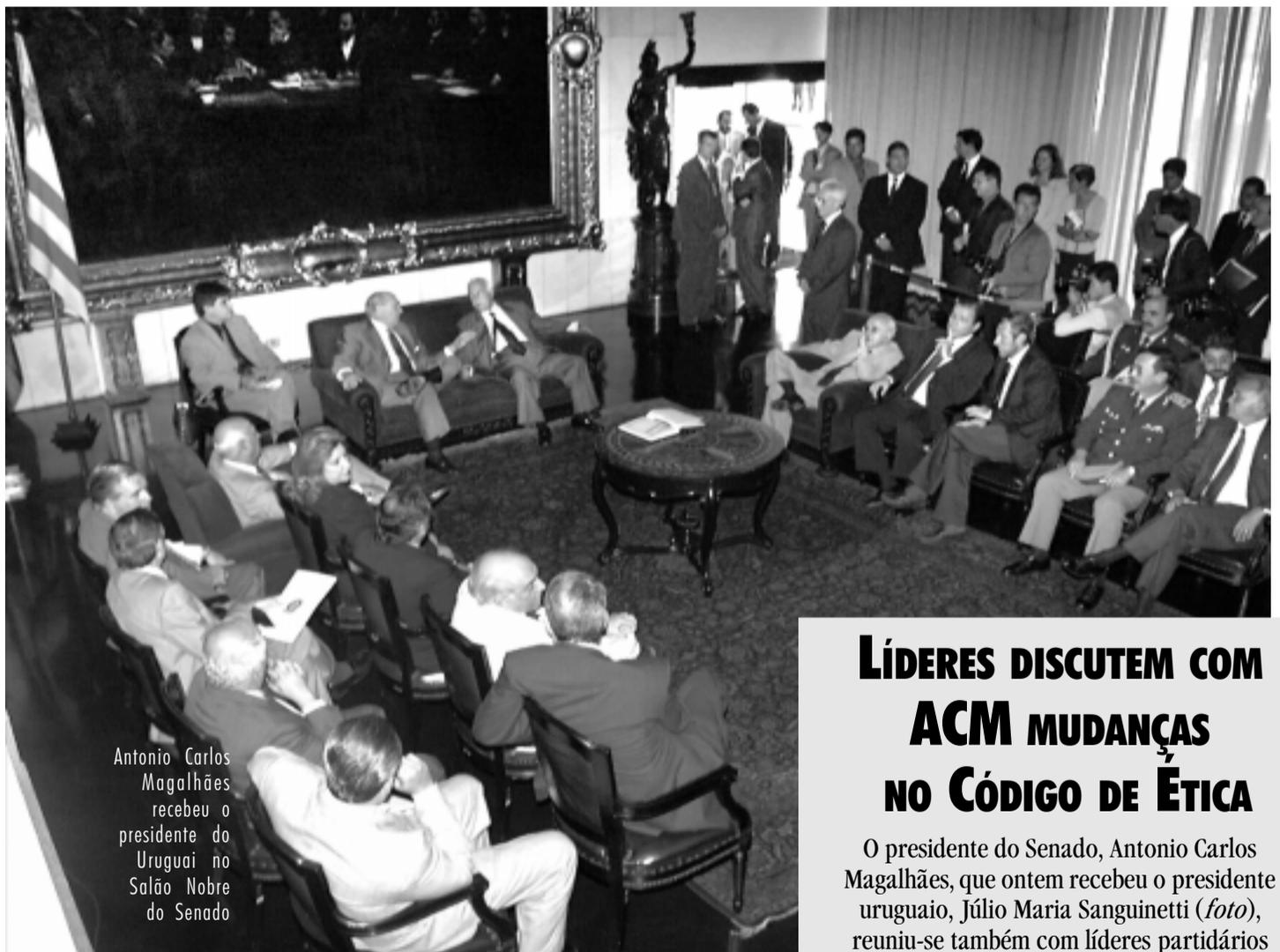
Os membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) instalaram a subcomissão que irá investigar as causas e os efeitos do vazamento de óleo ocorrido na baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro.

PÁGINA 4

DIRIGENTES PEDEM GARANTIAS PARA CLUBES

Os clubes esportivos querem mais garantias para formar novos atletas, disseram dirigentes à comissão que analisa mudanças na Lei Pelé.

PÁGINA 4



Antonio Carlos Magalhães recebeu o presidente do Uruguai no Salão Nobre do Senado

LÍDERES DISCUTEM COM ACM MUDANÇAS NO CÓDIGO DE ÉTICA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que ontem recebeu o presidente uruguaio, Júlio Maria Sanguinetti (foto), reuniu-se também com líderes partidários para analisar o início das atividades do Conselho de Ética.

PÁGINA 2

Fundo contra a pobreza volta para a CCJ

Com o recebimento de seis emendas em Plenário ontem, as propostas de emenda à Constituição que determinam a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza voltam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Quatro delas foram apresentadas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). As restantes foram encaminhadas pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).

A primeira emenda apresentada por Suplicy estabelece que ao menos três quartos dos recursos do fundo serão aplicados em programas de reforço de renda mínima familiar. Outra emenda prevê que o fundo será gerido pelo Conselho Nacional de Solidariedade, composto por 12 membros indicados pelo presidente da República, dos quais seis integrantes da sociedade civil.

O senador também quer alterar o piso mínimo de R\$ 4 bilhões anuais estipulado pelo relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Suplicy quer trocar o montante fixado pelo equivalente a 2,5% das receitas arrecadadas, o que equivaleria, em valores de hoje, a pouco mais do que o montante fixado no substitutivo. A última emenda suprime o artigo que destina ao abatimento das dívidas da União os recursos do outro fundo criado pela PEC.

A emenda de Pedro Simon destina 6% dos recursos da Desvinculação de Receitas da União (DRU) ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Já a emenda de Carlos Patrocínio propôs que a DRU não incida sobre o fundo.

Brasil amplia tropas no Timor

O Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo autorizando o envio de 70 soldados da Polícia do Exército para o Timor Leste. O Senado já aprovou o envio de 50 homens para aquela nação no Sudeste asiático recentemente emancipada da Indonésia.

O Senado Federal aprovou também a renovação de três concessões de rádio: Sistema de Radiodifusão de Araxá (MG), em onda média; Rádio Jornal de São Miguel do Iguaçu (PR), em onda média; e Fundação Nossa Senhora Imaculada Conceição, em onda média em Palmeira (PR).

Senadores debatem como aperfeiçoar Código de Ética

Antonio Carlos Magalhães e líderes partidários avaliam que Ramez Tebet cumpriu o Regimento ao acatar denúncias na quarta-feira

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reuniu-se ontem com os líderes partidários na Casa para analisar o início das atividades do Conselho de Ética do Senado. Para ACM, o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), cumpriu o Regimento ao acatar as denúncias feitas contra senadores, mas os processos não deveriam "correr tão céleres" como aconteceu nessa primeira fase:

— A reunião foi boa. Há que se mudar alguma coisa do Regimento para que as coisas não fiquem vulgarizadas em matéria de denúncia. Os relatores vão apressar os seus relatórios na próxima semana, para que não haja confusão entre os processos que interessam e o processo que já está

em curso, do senador Luiz Estevão. Também demos um voto de confiança ao senador Ramez Tebet, que tem procurado fazer um trabalho eficiente — afirmou ACM.

De acordo com a senadora Heloísa Helena (PT-SE), líder do Bloco Oposição, a reunião concluiu que as decisões tomadas por Ramez Tebet na presidência dos trabalhos do Conselho de Ética, na quarta-feira, foram regimentais. Além de designar relator para o processo envolvendo o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), Tebet também indicou relatores para outros três casos envolvendo senadores que estão sendo acusados de irregularidades.

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, destacou a "regularidade regimental" dos atos praticados por

Tebet. Jader confirmou, a exemplo de Heloísa Helena, que a reunião iniciou um processo de discussão em torno de eventuais modificações no Código de Ética e no Regimento Interno do Senado.

Tais mudanças, informou a líder oposicionista, visam "fixar critérios para estudar a admissibilidade de um processo, antes da indicação de um relator pelo Conselho de Ética". Heloísa Helena observou que muitos senadores defendem a necessidade do aval da Mesa da Casa, nesses casos, antes da abertura formal de processo no Conselho de Ética, a exemplo do que ocorreu no caso do senador Luiz Estevão. A senadora revelou que ficou estabelecido o prazo de uma semana para que todos os relatores apresentem seus pareceres ao Conselho.



Antonio Carlos Magalhães presidiu a reunião com as lideranças partidárias

Inocêncio sugere CPI mista sobre o roubo de cargas

O deputado Inocêncio Oliveira, líder do PFL na Câmara, entregou na manhã de ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para investigar a onda de roubos de cargas que atinge o país. Inocêncio esteve no gabinete do presidente do Senado acompanhado do deputado Oscar Andrade (PFL-RO), autor da proposta.

De acordo com Oscar Andrade, apenas em 1999 o país registrou cinco mil ocorrências de roubos de cargas, sendo que 75% delas ficaram concentradas no eixo Rio-São Paulo. Inocêncio Oliveira lembrou que

as investigações da CPI do Narcotráfico já demonstraram existir "uma conexão grande entre drogas e roubos de cargas". O roubo de cargas não poderá ser investigado pela CPI já em atuação, acrescentou Inocêncio, em função de não ser parte dos itens que formam o objeto de sua convocação.

A CPI mista para investigar roubos de cargas já conta com as assinaturas necessárias para sua formação e instalação, contabilizando-se o apoio de 252 deputados e 38 senadores. A relatoria deverá ficar com um deputado e a presidência com um senador, informaram os parlamentares.

ACM recebe Júlio Sanguinetti

O presidente Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem o presidente do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti. A visita deverá ser a última como chefe de Estado, já que no próximo mês Sanguinetti passa o cargo ao presidente eleito Jorge Battle. Em companhia dos senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), Geraldo Althoff (PFL-SC), Marluce Pinto (PMDB-RR), Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) e Artur da Távola (sem partido-RJ), Antonio Carlos falou com o presidente uruguaio a respeito das relações entre os dois países. O visitante trocou presentes com o presidente do Senado e, em seguida, foi recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.



SEXTA-FEIRA, 25 FEVEREIRO DE 2000

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 37/96, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional; *PR nº 11/2000, que autoriza a União a contratar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique com o Brasil, no valor equivalente a US\$ 150,8 milhões, com base na Ata de Entendimentos de 21/11/96, celebrada no âmbito do chamado Clube de Paris; *PR nº 12/2000, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS), a contratar operação de crédito junto ao Fundopimes, cujo órgão gestor é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), no valor de R\$ 2, milhões, destinada a financiamento de investimento em infra-estrutura urbana; e *PDL nº 128/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cachoeira Paulista (SP).

Quarta-feira

14h30 — Agenda em aberto

Quinta-feira

10h — Agenda em aberto

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

Após a Ordem do Dia, Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência Pública com a finalidade de apresentar a estrutura e funções da Agência Nacional de Saúde e a Legislação condensada dos Planos e Seguros de Saúde. Convidados: Januário Montone, João Luis Barroca Andréa e Maria Estella Gregori, dirigentes da Agência Nacional de Saúde. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Após a Ordem do Dia — Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e garantias do contribuinte. *Ala Senador Alexandre Costa — 3*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros itens, *PLS nº 92/99, altera a Lei nº 9.068, de 18.2.98, que dispõe sobre o trabalho voluntário; emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do *PLS nº 112/99, altera a redação dos arts. 25, 26, 71, e 73 da Lei nº 8.213, de 24.07.91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências estendendo o salário maternidade à trabalhadora autônoma; e *PLC nº 31/95, que dá nova redação ao § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis Trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

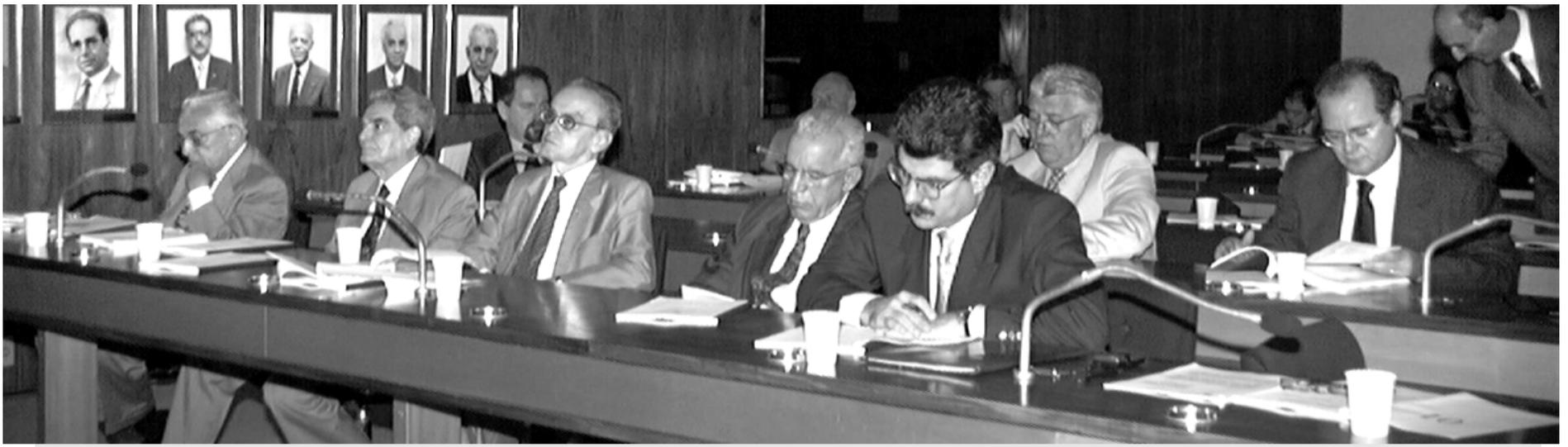
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Na Comissão de Justiça, os senadores destacaram o caráter moralizante da nova lei e afirmaram que ela contribuirá para o saneamento financeiro da administração pública

CCJ aprova Lei de Responsabilidade Fiscal

Projeto, que agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, restringe gastos acima das receitas por parte de prefeitos, governadores e presidente da República e prevê punições aos que desrespeitarem a nova legislação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou em votação simbólica, ontem, o parecer do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) sobre o projeto de lei complementar que trata da responsabilidade fiscal nas três esferas do poder público. O projeto, que agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), restringe gastos acima das receitas por parte de prefeitos, governadores e do presidente da República e prevê punições aos que desrespeitarem a nova legislação.

O texto não foi modificado, apesar das emendas apresentadas pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS). Álvaro Dias defendeu a manutenção do texto na íntegra, a fim de que a matéria não voltasse para a Câmara dos Deputados, correndo o risco de não ser aprovada ainda neste ano.

— Precisamos evitar o abuso nos gastos em decorrência das eleições municipais — explicou Álvaro Dias.

Em quatro emendas, Dutra buscou corrigir o que considerou “infringências” às atribuições constitucionais do Senado. Ele argumenta que o projeto retira do Senado o poder de definir o volume de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Simon procurou eliminar do texto a palavra “incentivo” por entender que seria redundante incentivar a participação popular no processo de elaboração das leis orçamentárias. Segundo o senador, “a população está perfeitamente incentivada a participar dos diversos processos de gestão pública”.

Os senadores também avaliaram o projeto do ponto de vista da sua eficácia. Álvaro Dias o considera a mais importante iniciativa do governo des-

tinada a estabilizar a economia. Ele observou ainda que a nova Lei de Responsabilidade Fiscal trará resultados na área social, uma vez que o endividamento seria a causa do aumento dos juros e da recessão.

— Se não reduzirmos o endividamento, comprometeremos o futuro do país, e todo o sacrifício que estamos fazendo será em vão — afirmou o relator.

Mesmo questionando a constitucionalidade de alguns artigos, Dutra elogiou as regras propostas para garantir austeridade no trato dos recursos públicos, mas disse esperar que a nova legislação seja realmente cumprida.

Dutra questionou a prioridade dada no projeto ao pagamento da dívida, sem que fossem incluídos deveres constitucionais do Estado como a prestação de serviços médicos e educacionais. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) discordou de Dutra, por entender que o pagamento da dívida dá ao Estado a credibilidade necessária em relação aos seus empre-

prestadores. Para o senador Amir Lando (PMDB-RO), a nova lei é extremamente rígida no estabelecimento de limites de gastos e endividamento, independente do desenvolvimento da região. Ele antevê que os governos federal, estaduais e municipais vão ingressar numa era de muitos conflitos. Simon concorda que o aperto será muito grande e sugeriu uma regra de transição, rejeitada por Álvaro Dias. O relator entende que o governo federal deve promover, à parte, o saneamento financeiro dos municípios. O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) acha que a nova lei deverá ser emendada para corrigir falha de redação que restringe gastos do governo do Distrito Federal em proporção superior à dos estados.



Álvaro Dias

O QUE DIZ A PROPOSTA

1 Ficam proibidos aumentos salariais em fim de mandato

O projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, com 75 artigos em 50 páginas, estabelece normas que prefeitos, governadores e presidente da República devem seguir para que as contas públicas sejam saneadas. Algumas determinações buscam cortar pela raiz práticas antigas, como o aumento de salários do funcionalismo ou a tomada de empréstimos poucos dias antes do final de mandato, o que cria sérios problemas para os sucessores, a quem caberá o pagamento da conta.

A proposta proíbe que sejam concedidos reajustes salariais nos seis meses anteriores ao final de mandato. Além disso, as chamadas despesas continuadas (superiores a dois anos) só poderão ser reajustadas se houver aumento de impostos ou corte de despesas.

No caso dos empréstimos conhecidos como Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), o prefeito ou governador estará proibido de assiná-los em anos eleitorais. Isso evitará que o dinheiro acabe sendo usado, mesmo indiretamente, em campanha eleitoral.

2 Administração deve agir antes de chegar ao limite dos gastos

O projeto detalha os limites para gastos com pessoal, já mencionados nas leis atuais — 60% das receitas no caso de estados e municípios e 50% para a União. Um dos artigos ordena que a administração tome providências quando a folha salarial se aproximar do limite: é hora de cortar qualquer pagamento de hora extra, não fazer contratações de pessoal e muito menos conceder aumentos de salário.

Na área de obras, uma novidade que também evitará problemas para os sucessores: nos oito meses anteriores às eleições, não se poderá começar obras que não possam ser concluídas até o final do mandato.

A Lei de Responsabilidade Fiscal direciona os chefes do Executivo a atuarem conforme os orçamentos. Assim, eles terão de fixar metas fiscais para os três anos seguintes. A lei orçamentária anual buscará o superávit primário das contas públicas, de modo a reduzir o endividamento e o pagamento de juros.

3 Poderes terão de rever suas metas a cada dois meses

A cada dois meses, Executivo, Judiciário e Legislativo avaliarão o cumprimento de suas metas fiscais para o ano e, em caso de desvios, o Executivo poderá cortar gastos do Legislativo e do Judiciário se ambos não o fizerem por conta própria. A proposta estabelece, ainda, que o Legislativo nos estados nunca poderá gastar mais que 3% das receitas estaduais. Na área federal, o limite será de 2,5% (Senado, Câmara e TCU). O Poder Judiciário, tanto no âmbito federal como estadual, contará com 6% do orçamento. O Executivo municipal não poderá gastar mais que 54% de suas receitas, o estadual, 49% e o federal, 40,9%.

No caso dos municípios, a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o gasto máximo das câmaras de vereadores em 6% das receitas, mas aí surgiu um problema: recentemente, o Congresso aprovou emenda constitucional escalonando os limites (de 5% a 8%), de acordo com a população. A solução indicada por alguns senadores pode ser o veto presidencial ao artigo da nova lei, mantendo-se os percentuais determinados recentemente.

4 Restrição a incentivos pode paralisar guerra fiscal entre estados

Há um artigo que busca travar a guerra fiscal entre estados, que oferecem incentivos para atração de indústrias. Ele diz que qualquer concessão ou ampliação de incentivo fiscal será obrigatoriamente acompanhada do impacto orçamentário no início do ano da vigência do incentivo e nos dois anos seguintes. Para um estado ou município oferecer algum incentivo, a receita terá de ser elevada na mesma proporção.

O Banco Central é mencionado em vários pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a começar pelo impedimento de socorro a bancos se não existir uma lei específica com essa finalidade. A grande novidade é a proibição ao BC para emissão de títulos. O Tesouro Nacional passará a ser o único emissor de papéis da dívida pública federal. Com isso, a dívida em títulos administrada pelo Banco Central terá de ser incluída no Orçamento da União, possibilitando que se saiba exatamente quanto o governo gasta para financiar a atuação do BC.

Instalada subcomissão para avaliar desastre ambiental

Geraldo Lessa foi eleito presidente e Geraldo Cândido, relator. Objetivo é apurar o vazamento de óleo na baía de Guanabara

Os integrantes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) elegeram, por unanimidade, os senadores Geraldo Lessa (PSDB-AL) e Geraldo Cândido (PT-RJ) para assumirem a presidência e a relatoria, respectivamente, da subcomissão destinada a apurar as causas e conseqüências do desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido recentemente na baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro.

A eleição ocorreu ontem, quando da instalação da subcomissão pela presidente da CI, senadora Emília Fernandes (PDT-RS). Ficou decidido, também, que a primeira reunião da subcomissão será realizada no dia 15

de março para definição do roteiro dos trabalhos e das visitas aos locais afetados.

Lessa comunicou que a intenção é visitar a Petrobras para tomar conhecimento das ações de reparo e de contenção do acidente ecológico. Depois, os senadores pretendem participar de um encontro com o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Conema) do Rio de Janeiro para ouvir membros do governo e das organizações não-governamentais e, afinal, observarão pessoalmente o local do vazamento.

— Vamos conhecer as tecnologias empregadas e cobrar as ações compensatórias e preventivas da Petro-

bras — informou Lessa.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sugeriu que a subcomissão convide uma personalidade artística ou cultural de destaque nacional e que seja ligada à defesa do meio ambiente para realçar o objetivo do trabalho dos senadores.

Só após a visita da subcomissão à baía de Guanabara a Comissão de Infra-Estrutura irá realizar a audiência pública, já aprovada pelos senadores, com os ministros do Meio Ambiente e de Minas e Energia, com o presidente do Ibama e com o coordenador da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para debater o problema.

Camata quer auditoria nas instalações da Petrobras

Preocupado com a possibilidade de desastres ambientais como o ocorrido na baía de Guanabara no começo do ano, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu que os senadores integrantes da subcomissão que estudará o problema solicitem à Petrobras a contratação de uma empresa de auditoria para verificação de todas as suas estruturas e instalações, principalmente dutos, tanques e canais.

O senador, que participou da reunião de ontem da Comissão de Infra-

Estrutura, aproveitou para reclamar da poluição por partículas de metais causada pela Companhia Vale do Rio Doce na baía de Vitória (ES). Ele contou que já existem, inclusive, casos registrados pelos médicos locais de crianças nascidas com má-formações, cujas mães foram vítimas de contaminação. Os senadores solidarizaram-se com seus receios e decidiram que a questão será tema de análise da comissão. Eles também pensam em visitar as regiões afetadas no estado do Espírito Santo, na mesma

oportunidade em que for feita a viagem ao Rio de Janeiro para observar o acidente na baía de Guanabara.

No mesmo sentido, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) comunicou que irá solicitar a realização de uma reunião da Comissão de Infra-Estrutura no município de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Ele quer debater o problema do lixo atômico das usinas nucleares de Angra I e II e, também, os riscos a que está sujeita a população da região em caso de vazamento nuclear.



Comissão de Infra-Estrutura marca seminário para o Dia Mundial das Águas

CI realizará seminário sobre recursos hídricos

O manejo e a provável carência futura de recursos hídricos serão debatidos no Senado em seminário a ser organizado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A idéia partiu do senador Paulo Souto (PFL-BA), que apresentou requerimento aprovado pela comissão em reunião realizada ontem, sob a presidência da senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

Souto informou que o seminário, intitulado “Águas 2000 – Qualidade e Desenvolvimento”, deverá ocorrer no dia 22 de março, aproveitando a comemoração do Dia Mundial das Águas, e servirá para despertar a atenção da sociedade e dos parlamenta-

res para um assunto que interessa e preocupa a comunidade mundial.

Também o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) disse que considera o tema inquietante e concordou com a necessidade de explicar à população os problemas das reservas e da utilização das águas no país e no mundo. “Precisamos massificar o assunto e realçar ao máximo os debates desse seminário”, afirmou.

Os senadores Geraldo Lessa (PSDB-AL), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Emília Fernandes igualmente apoiaram a iniciativa de Paulo Souto. “Essa questão tem grande magnitude e hoje existe a convicção de que os recursos hídricos

estão ligados a outros aspectos que não só ao meio ambiente, como os econômicos, sociais e de infra-estrutura”, disse Lessa.

Segundo Emília, a providência é apropriada, pois o tema faz parte dos itens relacionados para estudo da comissão e vai auxiliar nos debates sobre a criação da Agência Nacional de Águas, cuja proposta tramita atualmente na Casa. “Esse assunto extrapola as fronteiras dos países e o seminário irá pressionar por ações dos parlamentares e das entidades interessadas em apresentar saídas para a questão das águas”, concluiu a senadora.



Dirigentes disseram à comissão mista que é inviável a obrigatoriedade de transformação de clubes esportivos não voltados para o futebol em empresas

Representantes de clubes pedem apoio à formação de atletas

Em audiência pública da comissão mista destinada a analisar a medida provisória que institui a cobrança de taxas dos bingos, representantes de clubes esportivos defenderam ontem a necessidade de serem dadas garantias às entidades que formam atletas. “Nós os formamos desde pequenos e, quando um se destaca, é levado”, disse o conselheiro do Clube Atlético Paulistano Alexandre Husny. Outro ponto consensual na reunião foi a crítica à obrigatoriedade de os clubes se tornarem empresas para desenvolver atividades esportivas, determinadas pela Lei Pelé.

O presidente do Sindicato dos Clubes de São Paulo, Arlindo Virgílio Machado Moura, citou o exemplo dos saltos ornamentais como modalidade que dificilmente se manteria como empresa. “Essa obrigatoriedade até serve para o futebol, mas não tem como se manter em outras atividades”, afirmou.

Quanto aos bingos, Arlindo Machado se disse favorável a todos os instrumentos que tragam recursos para o esporte, mas lembrou a necessidade de fiscalização para garantir sucesso nesse objetivo. O presidente do Sindicato dos Clubes de São Paulo sugeriu algumas modificações na legislação, incluindo o fim do limite de idade para os atletas semi-profissionais nos esportes que não sejam o futebol.

O presidente do Esporte Clube Pinheiros, César Roberto Leão Granieri, afirmou que, mesmo bem intencionado, o bingo hoje não atende os seus objetivos. Ele também defendeu a necessidade de apoio aos clubes na formação de atletas.

O presidente do Minas Tênis Clube, Sérgio Bruno Coelho, foi outro que criticou a falta de garantia aos clubes na formação de atletas. “Por dez, 12 anos investimos em um atleta e vem uma empresa e o leva sem nenhuma recompensa para nós”, disse, afirmando que o Minas, por isso, se enquadra no ramo de educação, com 65 mil associados e 9 mil alunos.

Sérgio Bruno Coelho defendeu que as entidades esportivas tenham incentivos como os existentes para a cultura. Para ele, excetuado o futebol, os demais esportes devem ter uma legislação específica. O representante do Minas é contrário à medida provisória, por acreditar que uma mesma empresa pode patrocinar mais de um clube, “só não pode ser dona dele”.

O conselheiro do clube Atlético Paulistano Alexandre Husny destacou a dificuldade dos clubes se adaptarem à Lei Pelé, principalmente os pequenos. “A Lei Zico não deveria ter sido modificada, deixando aos clubes a opção de se tornarem ou não empresas”, defendeu.

Dirigente defende bingo para financiar o esporte

O presidente da União das Federações Esportivas do Estado de São Paulo (Ufeesp), Mauzier Paulinetti, foi o único dos participantes da audiência pública na comissão mista que analisa a medida provisória dos bingos a defender essa atividade como fonte de financiamento do esporte. Paulinetti disse que, desde a instituição da atual estrutura dos bingos através da Lei Zico, o esporte brasileiro vem sendo beneficiado.

— Antes de 92, os atletas brasileiros que participavam de competições internacionais não almejavam chegar ao pódio. De lá para cá, com os recursos

dos bingos, o número de medalhas só vem crescendo. Em 17 participações em Olimpíadas, o Brasil conseguiu 39 medalhas. Só em 1996, em Atlanta, foram 15 medalhas — disse.

Um exemplo da boa aplicação dos recursos dos bingos, segundo Paulinetti, é a construção da sede da Federação Paulista de Tênis. Ele também se posicionou contrário à MP, no que diz respeito às empresas serem donas de mais de um clube. Sugeriu a permissão para empresas patrocinarem um clube em cada estado e serem obrigadas a patrocinar também o esporte dito amador.

Senado votou 14 matérias nesta semana

Propostas que tratam da Desvinculação de Receitas da União, do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e da Lei de Responsabilidade Fiscal foram os temas dominantes nas discussões e deliberações no Plenário e nas comissões



O Plenário terminou a discussão em primeiro turno do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

O Plenário do Senado aprovou nesta semana 14 matérias, incluindo a proposta de emenda constitucional (PEC) que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU), votada em primeiro turno na quarta-feira. A DRU permite ao Executivo dispor de 20% das receitas orçamentárias da União da forma que considerar necessário. Também mobilizaram os senadores as discussões sobre as PECs que instituem o Fundo de Combate à Pobreza, cujo quinto e último dia de discussão em primeiro turno transcorreu ontem, e o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Após quase três horas de discussão, os senadores aprovaram a DRU sem emendas. A oposição tentou colocar em discussão emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) impedindo que recursos da saúde sejam desvinculados, mas não conseguiu reunir as 27 assinaturas necessárias. O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), explicou que a essência da proposta é obter maior flexibilização na aplicação dos recursos orçamentários e não diminuir os recursos da educação, da saúde e da Previdência Social.

As PECs que criam o Fundo de Combate à Pobreza, depois de serem discutidas em Plenário por cinco sessões, retornaram à CCJ para exame. Isso aconteceu por-

que foram apresentadas quatro emendas de Plenário à proposta. Uma delas, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), estabelece que pelo menos 75% dos recursos do fundo serão aplicados em programas de renda mínima.

Suplicy também propõe o aumento no piso mínimo de R\$ 4 bilhões anuais para o fundo, estipulado no substitutivo do senador Lúcio Alcântara. Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) também apresentaram emendas à PEC.

O Plenário votou ainda nove autorizações de funcionamento para emissoras de rádio, o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) favorável à troca de títulos da dívida externa brasileira e o decreto legislativo que autoriza o envio de 70 soldados da Polícia do Exército para o Timor Leste.

Comissões têm muitas atividades

Também foi intenso o trabalho nas comissões. A de Serviços de Infra-Estrutura instalou ontem uma subcomissão, presidida pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), destinada a apurar as razões e as consequências do desastre ambiental provocado pelo rompimento de um oleoduto da Petrobrás na baía de Guanabara (RJ).

A comissão mista que analisa a medida provisória que altera a Lei Pelé e institui taxa de funcionamento dos bingos continuou a série de audiências públicas. Nesta semana foram ouvidos dirigentes de clubes esportivos especializados na formação de atletas olímpicos. O debate tratou do financiamento da atividade esportiva com recursos arrecadados com os bingos.



Fogaça e Botafogo analisam dificuldades do Mercosul

O Mercosul é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 13h30. O embaixador José Botafogo Gonçalves e o senador José Fogaça (PMDB-RS) são os convidados do programa.

Botafogo afirma que as dificuldades enfrentadas no âmbito do Mercosul em 98 e 99 foram motivadas por fatores externos. Ele cita como exemplo as crises internacionais motivadoras de mudanças na política cambial no Brasil, que geraram uma quase estagnação na economia nacional, uma queda de 3% do PIB argentino e uma retração nas relações comerciais do Mercosul. A partir dessa realidade, diz o embaixador, está sendo necessária uma reavaliação dos acordos feitos anteriormente.

O senador José Fogaça caracterizou o Mercosul como a fixação de um posicionamento dos países-membros perante o mundo. Na opinião de Fogaça, o Mercosul é uma espécie de treinamento para um futuro mais ousado e mais ambicioso para os países da América Latina. Ele se disse esperançoso em relação ao Mercosul, afirmando que esse é um caminho irreversível que os países integrantes assumiram diante da história.

Para o senador, as dificuldades econômicas enfrentadas recentemente em função das mudanças na política cambial brasileira já começaram a ser superadas e o futuro aponta para um crescimento nas relações comerciais entre os países latino-americanos e o resto do mundo.

Presidente do Serpro fala sobre tecnologia no serviço público

A TV Senado apresenta amanhã e domingo, às 11h, 17h e 23h, entrevista do presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Sérgio Otero, ao jornalista Fernando Cesar Mesquita. O tema da entrevista é tecnologia e modernidade no serviço público. Segundo Otero, a chegada da informática ao serviço público proporcionou agilidade, baixou os custos e provocou mudança nos mecanismos de relação entre o Estado e o cidadão. O emprego da tecnologia, associado às mudanças ocorridas na última década, melhorou a produtividade da prestação de serviço em todos os setores da vida moderna, afirma Otero. Ele aborda ainda questões como a informática na votação eletrônica, na Receita Federal e no dia-a-dia do cidadão.

Cândido debate projeto que traz facilidades para deficientes

Em entrevista à TV Senado, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fala sobre projeto de iniciativa do Executivo que regulamenta dispositivo constitucional referente a normas que facilitam o cotidiano dos portadores de deficiências físicas. O senador é o relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. A entrevista vai ao ar hoje, às 3h30, 7h30 e 20h30.

Geraldo Cândido ressalta que o objetivo do projeto é dar dignidade ao deficiente físico, lembrando que, desde a Constituição de 88, já estavam previstas normas específicas para construção de prédios e logradouros públicos adaptados aos portadores de deficiência, mas a matéria não havia sido regulamentada. "O projeto visa corrigir isso", explica o senador.

Relatório do Orçamento ficará pronto após o Carnaval

O relator-geral do Orçamento da União deste ano, deputado Carlos Melles (PFL-MG), informou ontem que só terá condições de apresentar o documento final após o Carnaval, dia 8 de março. Com isso, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não poderá votar o projeto ainda neste mês, conforme estava previsto.

Melles explicou que o atraso se deve às reuniões que vem fazendo com as bancadas estaduais, consolidando em apenas um documento as mudanças apresentadas pelos dez sub-relatores do Orçamento. Esses relatores setoriais fizeram várias indicações de projetos que, não tendo obtido dinheiro suficiente com as emendas parlamentares, são considerados importantes pelas bancadas.

O Plenário do Congresso deverá receber o projeto para votação de-

pois do dia 13 de março. Por lei, enquanto os deputados e senadores não votam a lei orçamentária, o Executivo pode liberar dois duodécimos da proposta para cobrir os gastos governamentais em janeiro e fevereiro.

O presidente da Comissão de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), sugeriu na semana passada que o presidente da República edite uma medida provisória autorizando a liberação de mais um duodécimo do Orçamento, em março, a fim de evitar paralisia na máquina administrativa federal.

O orçamento fiscal deste ano, conforme a proposta original enviada ao Congresso pelo Executivo, prevê receitas de R\$ 229,1 bilhões e gastos de R\$ 200,8 bilhões, com um superávit primário (fora gastos com juros) de R\$ 28,3 bilhões.



Jucá: apelo ao bom senso do governador para que não feche escolas em reservas indígenas

Jucá teme fechamento de escolas em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), dizendo-se indignado, apelou ao bom senso do governador de Roraima, Neudo Campos, para que não efetue seu plano de retirar 138 escolas localizadas na área indígena Raposa/Serra do Sol caso a demarcação do local seja efetivada em área contínua. Jucá contou que são comuns na região os conflitos resultantes das demarcações de terras indígenas, mas disse que, em sua opinião, as autoridades devem atuar no sentido de minimizar as dificuldades e não acirrá-las: – Defendo uma convivência mais pacífica entre os índios e a população local e acho que os governantes devem buscar a harmonização – sintetizou.

O senador lamentou os propósitos do governador, publicados no jornal local, e disse ter estranhado ainda mais o fato de o próprio Neudo haver reconhecido, perante os indígenas, “que o maior prejuízo de sua ação cairá sobre as crianças que não têm culpa de nada”. Romero Jucá informou que manifestou, por meio de ofício, sua preocupação aos ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e da Justiça, José Carlos Dias, e ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

No documento, o senador pede providências das autoridades a fim de evitar a consumação da medida anunciada pelo governador.

Fogaça: acordo com governo evitará reedição de MPs

Relator garante que críticas da oposição ao entendimento com o presidente Fernando Henrique são um “equivoco”

O senador José Fogaça (PMDB-RS) garantiu ontem que o acordo feito com o presidente Fernando Henrique evitará a reedição de medidas provisórias. O senador disse que se a Câmara dos Deputados aprovar o texto já votado pelo Senado, e acordado com o Palácio do Planalto, “o presidente nunca mais poderá reeditar uma MP”. Fogaça considera esse acordo “a maior mudança institucional desde a Assembléia Nacional Constituinte de 1988”.

O senador, que participou das negociações entre representantes do governo e parlamentares no Palácio do Planalto, condenou setores da oposição e da imprensa que criticaram o entendimento. “Não há maior equivoco do que dizer-se que concessões foram feitas de modo a tornar inútil o que está sendo alterado no texto constitucional”, frisou.

Segundo ele, pela primeira vez um presidente da República se dispõe a negociar e até a concordar com a redução do seu poder, esclarecendo que Fernando Hen-



Fogaça: “Será a maior mudança institucional desde a Constituinte de 88”

rique Cardoso aceitou manter toda a sistemática para a limitação na edição de MP, proposta pelo texto aprovado no Senado, inclusive o prazo de vigência de 120 dias para a tramitação das medidas editadas pelo governo, sem poder reeditá-las caso o Congresso não as vote nesse período.

O senador disse ainda que a mais importante mudança no tocante à limitação de edição de MPs é a alteração no artigo 246 da Constituição, que veda ao Poder Executivo editar uma MP sobre assunto que esteja sendo objeto de emenda constitucional. De acordo com Fogaça, o assunto deverá ser regulamentado de

maneira a fixar-se no texto quais os tópicos que não poderão ser alvo de MP, pois há uma disposição do governo de negociar a matéria. Ele citou, como exemplo, os setores petrolífero e energético que constariam do acordo como assuntos que não poderão ser alterados por MP.

José Fogaça, ao encerrar seu pronunciamento, fez um apelo aos parlamentares da Câmara dos Deputados, principalmente aos da oposição, para que compreendam o acordo firmado entre o Executivo e o Legislativo, de modo a “evoluir e aperfeiçoar o sentido democrático da nossa Constituição”.

Ademir critica falta de verbas para implementação da reforma agrária

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou o governo federal, particularmente os ministros da área econômica, por determinar o contingenciamento dos recursos previstos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário no Orçamento da União. Ele explicou que a medida vem causando uma série de desentendimentos entre representantes dos trabalhadores rurais e empregados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ademir Andrade explicou que, com o contingenciamento, o governo descumprirá os acordos negociados pelos seus próprios funcionários. Ele informou que nos últimos anos o ministério tem elaborado seu orçamento a partir de uma ampla discussão com os movimentos sociais que representam os trabalhadores rurais.

Segundo o senador, a negociação envolve a escolha da área



Ademir: com contingenciamento, governo descumprirá os acordos fechados pelo próprio Incra

onde as famílias serão assentadas, os custos com a desapropriação, assentamento e demarcação dos lotes e os gastos com ajuda de alimentação, moradia, construção de estradas vicinais, postos de saúde, escolas e eletrificação rural. Tudo negociado pelos representantes do governo com os trabalhadores rurais e incluído na programação

de aplicação dos recursos financeiros do ministério.

Ademir Andrade disse que encontrou em Tucuruí (PA) mais de 400 famílias de trabalhadores rurais ocupando a sede do Incra. Em seu protesto contra o não cumprimento dos compromissos assumidos pelo ministério, os manifestantes chegaram a prender uma funcionária do instituto durante mais de dois dias, informou o senador.

Para tentar desbloquear os recursos do ministério, Ademir Andrade anunciou que tentará mobilizar a bancada da Amazônia para marcar uma audiência com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) acusou o governo de sucatear o Incra e reclamou da destinação dos recursos arrecadados no país, cuja maior parte vai para o pagamento da dívida externa.



Para Moreira, os programas implementados criarão 8,5 milhões de empregos

Moreira acha que Avança Brasil ajudará no crescimento

Mesmo diante das incertezas da economia nos últimos anos o presidente Fernando Henrique Cardoso tem tomado as medidas corretas para que o Brasil possa voltar a crescer, afirmou ontem o senador Moreira Mendes (PFL-RR). Ele ressaltou que o Plano Plurianual para o período 2000/2003 – o chamado Avança Brasil – é o principal sinal de que o país está retomando investimentos em setores fundamentais.

Segundo o senador, se o Brasil crescer entre 4% e 5% ao ano entre 2000 e 2003, serão criados cerca de 8,5 milhões de empregos. Ele acrescentou que o objetivo é possível de ser alcançado, já que o Avança Brasil prevê investimentos em setores que absorvem muita mão-de-obra, como infra-estrutura, transportes, energia, comunicações, recursos hídricos, saneamento e habitação.

Moreira Mendes destacou a incorporação, pelo Avança Brasil, do Programa de Qualificação do Trabalhador, que existe desde 1995. O programa, que já permitiu a capacitação de 5,7 milhões de pessoas, investirá R\$ 3,9 bilhões para capacitar 20 milhões de profissionais, informou Moreira Mendes.

Ainda na área de incentivo ao emprego, o senador lembrou que serão investidos R\$ 17,4 bilhões em quatro anos para a implantação e execução do programa Novo Emprego e Seguro-Desemprego.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou sua expectativa de que as previsões do Avança Brasil possam se concretizar. Ele também defendeu o fim do financiamento a empresas estrangeiras pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na compra das empresas nacionais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Debate*: Senadores Ney Suassuna e Paulo Souto falam da guerra fiscal
 1h55 — *Senado em Pauta*
 2h — *Unip*: Impacto do câncer
 2h30 — *Jornal do Senado*
 2h55 — *Senado em Pauta*
 3h — *Cores do Brasil*: Turismo no Pará
 3h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre a lei de acessibilidade para doentes físicos
 3h55 — *Senado em Pauta*
 4h — *Jornal do Senado*
 4h30 — *Unip*: Impacto do câncer
 4h55 — *Senado em Pauta*
 5h — *TV Escola*: O que acontece quando lemos
 5h30 — *Cores do Brasil*: Bahia turismo
 5h55 — *Senado em Pauta*
 6h — *Unip*: Impacto do câncer
 6h30 — *Debate*: Senador Juvêncio da Fonseca e o coordenador do Plano de Combate à Desertificação, Heitor Matallo, falam sobre desertificação
 7h25 — *Senado em Pauta*
 7h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido
 7h55 — *Senado em Pauta*
 8h — *Jornal do Senado*
 8h30 — *TV Escola*: O que acontece quando lemos
 9h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
 12h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
 12h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido
 13h30 — *Debate*: Senador José Fogaça e o embaixador José Botafogo falam sobre os desafios do Mercosul
 14h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)
 18h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior faz um balanço da convocação extraordinária
 19h30 — *Debate*: Senadora Maria do Carmo e o presidente da Codevasf, Airson Lócio, falam da revitalização da rio São Francisco
 20h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido
 21h — *Jornal do Senado*
 21h30 — *Consulta Marcada*: Cirurgia plástica
 22h30 — Teatro Arthur Azevedo: *As Regras do Jogo*
 0h — Filme: *Terra dos Índios*, de Zelito Viana

AMANHÃ

1h — *Debate*: Senador José Fogaça e o embaixador José Botafogo falam sobre os desafios do Mercosul
 3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus
 3h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Saturnino fala sobre a CLT para servidores públicos
 3h55 — *Senado em Pauta*
 4h — *Jornal do Senado*
 4h30 — *Unip*: Paciente terminal
 4h55 — *Senado em Pauta*
 5h — *TV Escola Direitos Humanos*: Violência sexual
 5h30 — *Especial*: Abrolhos — 1º episódio
 6h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus
 6h25 — *Senado em Pauta*
 6h30 — *Agenda Econômica*: Sec.do Com. Exterior, Lytha Spindola, fala sobre o comércio exterior
 7h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Melo fala sobre energia elétrica e irrigação
 7h55 — *Senado em Pauta*
 8h — *Jornal do Senado*
 8h30 — *TV Escola Direitos Humanos*: Armas, tô fora
 8h55 — *Senado em Pauta*
 9h — *Tela Brasileira*: Cineasta Marcelo Masagão
 9h30 — *Consulta Marcada*: Cirurgia plástica
 10h30 — *Especial*: Abrolhos — 1º episódio
 10h55 — *Senado em Pauta*
 11h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero
 12h — *Jornal do Senado*
 12h30 — *Entrevista*: Senador Álvaro Dias fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
 12h55 — *Senado em Pauta*
 13h — *Unip*: Especial Villas Bôas — 6º programa
 13h30 — *Agenda Econômica*: Sec.do Com. Exterior, Lytha Spindola, fala sobre o comércio exterior
 14h25 — *Senado em Pauta*
 14h30 — *Espaço Cultural*: “Música Antiga”
 15h — *Senado em Pauta*
 15h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém
 16h — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior faz um balanço da convocação extraordinária
 16h30 — *Especial*: Abrolhos — 1º episódio
 17h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero

17h55 — *Senado em Pauta*
 18h — *Jornal do Senado*
 18h15 — *TV Escola*: Tá lá um corpo estendido
 18h30 — *Unip*: Especial Villas Bôas — 6º programa
 18h55 — *Senado em Pauta*
 19h — *Tela Brasileira*: Cineasta Marcelo Masagão
 19h25 — *Senado em Pauta*
 19h30 — *Debate*: Senador Juvêncio da Fonseca e Heitor Matallo
 20h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido
 21h — *Jornal do Senado*
 21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Pianista Dang Thai Son
 22h55 — *Senado em Pauta*
 23h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero
 23h55 — *Senado em Pauta*
 0h — Filme: *Terra dos Índios*, de Zelito Viana

DOMINGO

1h55 — *Senado em Pauta*
 2h — *Unip*: Papiloma Virus — 1ª parte
 2h25 — *Senado em Pauta*
 2h30 — *Jornal do Senado*
 2h55 — *Senado em Pauta*
 3h — *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo
 3h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido
 3h55 — *Senado em Pauta*
 4h — *Jornal do Senado*
 4h30 — *Unip*: Papiloma Virus — 1ª parte
 4h55 — *Senado em Pauta*
 5h — *TV Escola Direitos Humanos*: Tá lá um corpo estendido
 5h30 — *Especial*: Abrolhos — 1º episódio
 6h25 — *Senado em Pauta*
 6h30 — *Debate*: Senadores Ney Suassuna e Paulo Souto falam da guerra fiscal
 7h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior
 7h55 — *Senado em Pauta*
 8h — *Jornal do Senado*
 8h30 — *Unip*: Especial Villas Bôas — 7ª parte
 8h55 — *Senado em Pauta*
 9h — *Tela Brasileira*: Cineasta Marcelo Masagão
 9h30 — *Consulta Marcada*: Cirurgia Plástica
 10h30 — *Especial*: Abrolhos — 1º episódio
 10h55 — *Senado em Pauta*
 11h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero
 12h — *Jornal do Senado*
 12h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Melo
 12h55 — *Senado em Pauta*
 13h — *Unip*: Especial Villas Bôas — 7º programa
 13h30 — *Debate*: Senador José Fogaça e o embaixador José Botafogo falam sobre os desafios do Mercosul
 14h25 — *Senado em Pauta*
 14h30 — *Espaço Cultural*: “Música Antiga”
 15h55 — *Senado em Pauta*
 15h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém
 16h — *Entrevista*: Senador Álvaro Dias
 16h30 — *Especial*: Abrolhos — 1º episódio
 17h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero
 17h55 — *Senado em Pauta*
 18h — *Jornal do Senado*
 18h15 — *TV Escola*: O que acontece quando lemos
 18h30 — *Unip*: Especial Villas Bôas — 7º programa
 18h55 — *Senado em Pauta*
 19h — *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta Marcelo Masagão
 19h25 — *Senado em Pauta*
 19h30 — *Agenda Econômica*: Lytha Spindola
 20h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Saturnino
 21h — *Jornal do Senado*
 21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Pianista Dang Thai Son
 22h55 — *Senado em Pauta*
 23h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero
 23h55 — *Senado em Pauta*
 0h — Filme: *Terra dos Índios*, de Zelito Viana

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*. Em seguida — Música e informação
 9h — *Sessão Plenária* do Senado (ao vivo). Em seguida — Música e informação
 14h30 — *Sessão Plenária* do Senado (reprise). Em seguida — Música e informação
 19h — *A Voz do Brasil*. Em seguida — Música e informação
 20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste. Em seguida — Música e informação
 21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação
 21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

Maldaner quer limitar a entrada de capital estrangeiro

Citando dados sobre a desnacionalização da economia, senador diz que há risco de transferência dos centros de decisão para o exterior

Preocupado com os “altos índices” de desnacionalização da economia brasileira, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem ter chegado o momento de o governo estabelecer limites para a entrada de capital estrangeiro no país, sobretudo nos setores estratégicos. O objetivo, conforme o senador, é evitar a transferência dos centros de decisão política para o exterior. Ele advertiu que, se nada for feito nesse sentido, estaremos renunciando ao “nosso projeto nacional”.

Maldaner revelou que, a continuar o atual ritmo de aporte de capitais externos no país, segundo informam os especialistas, daqui a cinco ou seis anos os estrangeiros já terão remetido para fora “recursos em quantidade suficiente para pagar o total do investimento realizado no Brasil”.

O senador apresentou dados que demonstram o alto grau de desnacionalização da economia. Ele disse que



Casildo Maldaner alerta que o Brasil não deve renunciar ao “projeto nacional”

o Brasil, hoje, supera em muito todos os países do Primeiro Mundo, e até mesmo os da América Latina, em relação aos níveis de participação do capital estrangeiro na economia, chegando a comprometer 20% do seu PIB, enquanto a taxa média internacional gira em torno dos 15%.

Dentre as várias atividades da economia brasileira que estão sendo alvo

de desnacionalização, Maldaner citou o setor bancário que, de acordo com dados estimados pelo deputado Del-fim Netto (PPB-SP), terá o setor de varejo transferido para mãos estrangeiras em cerca de 40%. O senador disse ainda que, nos últimos anos, 23 bancos nacionais passaram para o controle externo.

— O Ministério da Fazenda e o Banco Central continuam demonstrando, em ações e discursos, uma firme tendência de aumentar o fluxo de investimentos estrangeiros sem considerar os limites do que seria razoável — enfatizou Casildo Maldaner.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou com Maldaner sobre a necessidade de impor limites ao aporte de capital externo no Brasil e demonstrou preocupação com a desnacionalização acelerada nos setores de siderurgia, petroquímica e bancário. “Não podemos ficar reféns do capital estrangeiro”, salientou.

Saturnino lamenta mudança no comando do BNDES

Ao criticar ontem a demissão do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que o governo, mais uma vez, dá demonstrações de que está “subserviente ao mercado internacional”. O senador disse que o indicado para substituir Calabi na presidência da entidade, o economista Francisco Gros, é “um agente” do mercado financeiro infiltrado no governo brasileiro e a favor da dolarização da economia.

O senador, ex-funcionário do BNDES, disse que, enquanto Andrea Calabi manteve-se à frente do banco, alimentava “esperanças” de que os investimentos feitos pela entidade teriam um caráter mais nacionalista, com objetivo de cumprir a sua missão de promover o desenvolvimento e o bem estar social. Salientou, contudo, que o



Roberto Saturnino afirma que o governo está “subserviente ao mercado internacional”

banco, hoje, é um mero “financiador do capital estrangeiro para comprar estatal brasileira.”

— Quando a gente pensa que algo vai mudar, porque assumiu o cargo uma pessoa que tem alguma visão dos interesses nacionais, como Calabi, ele é demitido e é colocado em seu lugar

um agente dos interesses do mercado financeiro. Isso me deixa muito indignado — protestou o senador.

Roberto Saturnino atribuiu o desemprego — que atinge, atualmente, 12,5 milhões de brasileiros, índice comparável ao da grande depressão norte-americana —, a criminalidade e a desigualdade social às especulações do mercado financeiro internacional, “que promovem a desconstrução moral e afetam nossos valores éticos”.

— E o pior é que o governo não está disposto a mudar nada — frisou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que todos devem ficar “atentos” à mudança que ocorre no BNDES e criticou os empréstimos do banco para empresas estrangeiras a juros baixos. Ele afirmou que a participação desses financiamentos na carteira do banco passou de 2% em 1995 para 10% em 1999.

Eduardo assegura que eleições no Tocantins não correm risco

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) assegurou que “não há nenhum risco nas eleições de Palmas”, em referência à recondução do juiz Sândalo Bueno Nascimento ao cargo de juiz eleitoral da capital do Tocantins. Moção pública de suspeição contra a recondução, assinada por líderes de partidos de oposição de Palmas (TO), foi divulgada na quarta-feira pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) no Plenário do Senado. O único risco, na avaliação de Eduardo, é “o das

oposições perderem a eleição”.

Eduardo Siqueira Campos disse que a designação do magistrado foi feita pelo Tribunal Regional Eleitoral do estado e, portanto, trata-se de ato interno do Judiciário, passível de recurso legal por parte dos partidos políticos. O fato de os líderes opositores de Palmas terem recorrido a uma moção pública de suspeição “só tem por objetivo lançar dúvidas na opinião pública”, disse, enfatizando que a moção não tem efeito jurídico e que os partidos deveriam ter



Para Eduardo Siqueira Campos, “documento dos partidos de oposição é uma peça de calúnia” argüido oficialmente o TRE sobre a designação.

— O documento dos partidos de oposição é uma peça de calúnia que contém infâmias contra um homem sério — afirmou.

Quintanilha pede esforço nacional contra a violência

Com o argumento de que a sociedade se tornou “refém do medo” e da “banalização do crime”, senador prega ação conjunta do poder público e das famílias para enfrentar o aumento da criminalidade no país

Um esforço nacional para combater a criminalidade foi defendido pelo líder do PPB, senador Leomar Quintanilha (TO), em pronunciamento feito ontem no Plenário do Senado. Para o senador, essa é hoje a maior preocupação da sociedade brasileira, superando inclusive o desemprego.

Leomar Quintanilha apontou o desequilíbrio na distribuição de renda como a maior causa do aumento da violência criminal no Brasil. Outras causas, no entender dele, são o êxodo rural, os filmes violentos na televisão e a disseminação das drogas.

— A população está refém do medo — afirmou o parlamentar, acrescentando que hoje as pessoas moram em “casas como for-



Quintanilha disse que a violência preocupa mais hoje os brasileiros que qualquer outro problema, até mesmo o desemprego

talezas escondidas atrás de frios muros, com sofisticados equipamentos de alarme”.

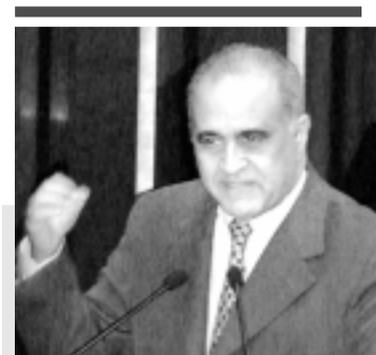
O senador lembrou o caso de um padeiro de Ceilândia (DF), assassinado na sétima vez em que era assaltado. Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ter sido ele próprio vítima de assalto, assim como seus três filhos e sua segunda mulher, esta pela terceira vez.

— Esta aí o melhor exemplo da banalização do crime — afirmou Leomar Quintanilha.

Para o líder do PPB, o problema não pode ser resolvido apenas por ações tomadas pelo poder público. Ele entendeu ser preciso reformular a “ob-

soleta e arcaica” legislação penal e também reequipar o aparato policial, mas lembrou a importância de incluir “a maior e mais importante célula da sociedade”, a família, no processo, visando a uma melhor orientação dos filhos.

Em aparte, Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou que quem pega um ônibus em Brasília em direção a Araguaína (TO) ou Imperatriz (MA) tem uma só certeza: o ônibus será assaltado. Em outro aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) considerou “um risco” o governo federal assumir, com o anunciado Plano Nacional de Segurança Pública, uma responsabilidade que não é sua. Em vez disso, defendeu um planejamento nacional entre os estados.



Paulo Souto: é possível equilibrar as contas governamentais e respeitar os direitos previdenciários

Souto relata progresso do sistema baiano de previdência

Desde janeiro deste ano, 100% dos funcionários públicos inativos da Bahia estão recebendo seus benefícios através de fundo previdenciário estadual, informou ontem o senador Paulo Souto (PFL-BA), para exemplificar como é possível promover o equilíbrio das contas públicas e assegurar os direitos previdenciários.

Na Bahia, afirmou o senador, os três últimos governos — Antonio Carlos Magalhães, Paulo Souto e César Borges — reduziram gastos desnecessários e, com os recursos da venda da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), pôde ser iniciada a capitalização do fundo previdenciário.

— César Borges complementou a capitalização — disse, e as estimativas para 2000 são de que o estado gastará 45% das receitas correntes com pessoal, percentual bem inferior aos 60% determinados pela Lei Camata.

Com isso, enfatizou Paulo Souto, o governo terá recursos para investir em infra-estrutura, modernização da economia, atração de novos investimentos privados e programas sociais, como o destinado aos cem municípios baianos mais pobres.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) atestou que o desenvolvimento econômico da Bahia é evidenciado nos municípios de Teixeira de Freitas e Itamaraju. “Antes tributários das cidades capixabas de São Mateus e Linhares, eles invertem essa posição”, disse.

Cândido diz que redução de idade penal pode trazer maior marginalização

A redução da idade para imputabilidade penal de 16 para 18 anos não resolverá o problema da violência infanto-juvenil e servirá apenas para engrossar as fileiras da marginalidade no Brasil. A afirmação é do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), ao comentar propostas em tramitação no Congresso com esse objetivo.

Para Geraldo Cândido, a solução seria estudar as causas da violência entre os jovens e procurar encontrar alternativas que resgatem os adolescentes

do esquecimento a que estão relegados em termos de políticas públicas. Ele acrescentou que o Estado brasileiro não faz a sua parte e deixa de oferecer aos jovens os meios necessários para que se desenvolvam com um mínimo de dignidade.

— Se os menores infratores forem tratados adequadamente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição prevêm, inclusive com acompanhamento psicológico e psiquiátrico para que possam crescer como ci-



Para Cândido, a marginalização dos jovens decorre da falta de políticas públicas voltadas para esse segmento da população

dadãos, certamente poderão ser recuperados — afirmou.

Na opinião do senador, o governo não oferece as mínimas condições para que as instituições públicas responsáveis pela internação de adolescentes possam cumprir o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele citou como exemplo o fato de o Orçamento de 1999 ter destinado apenas R\$ 34 milhões para o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Ministério da Justiça.

Nabor quer proibir propaganda em placas de obras públicas

As obras públicas deverão ter afixadas placas com dados completos sobre responsabilidade, financiamento, execução, prazos e montante de recursos aplicados, conforme projeto que modifica a Lei das Licitações apresentado ontem pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Pela proposta, é proibida qualquer informação adicional que possa ser caracterizada como propaganda político-administrativa ou promoção pessoal.

— Os servidores públicos e os agentes políticos devem atuar permanentemente como prestadores de contas à comunidade a que servem — justificou o senador Nabor Júnior.

Conforme o projeto, as informações deverão ser obrigatoriamente prestadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal, inclusive as sociedades direta ou indiretamente controladas pela União. A norma também se aplica aos casos de convênios realizados com estados, Distrito Federal ou municípios, ou de contratos de financiamento firmados com pessoas físicas ou jurídicas.

As placas, detalha o projeto,



Projeto de Nabor Júnior obriga órgãos públicos a fixarem placas informativas em obras

deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: nome do órgão ou entidade financiadora; nome do órgão ou entidade responsável pela obra ou serviço; nomes das pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a execução da obra ou prestação de serviço; identificação completa da obra ou serviço, como extensão, área, tipo, finalidade, valor e origem dos recursos; prazo de execução; e nomes dos autores do projetos e dos responsáveis técnicos.